

## PROFISSIONAL JÚNIOR - AUDITORIA

## LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:

- a) este **CADERNO DE QUESTÕES**, com o enunciado das 70 (setenta) questões objetivas, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

Conhecimentos Básicos						Conhecimentos Específicos					
Língua Portuguesa IV		Conhecimentos Gerais		Noções de Informática II		Bloco 1		Bloco 2		Bloco 3	
Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação
1 a 10	1,0 cada	11 a 15	1,0 cada	16 a 20	1,0 cada	21 a 40	1,0 cada	41 a 55	1,0 cada	56 a 70	1,0 cada

b) **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02 - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e o seu número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, notifique o fato **IMEDIATAMENTE** ao fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, com caneta esferográfica transparente de tinta na cor preta.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica transparente de tinta na cor preta**, de forma contínua e densa. A **LEITORA ÓTICA** é sensível a marcas escuras; portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado em suas margens superior e/ou inferior - **DELIMITADOR DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** deste Processo Seletivo Público o candidato que:

- a) se utilizar, durante a realização das provas, de aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas, relógios não analógicos, *notebook*, transmissor de dados e mensagens, máquina fotográfica, telefones celulares, *paggers*, microcomputadores portáteis e/ou similares;
- b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**;
- c) se recusar a entregar o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**, quando terminar o tempo estabelecido;
- d) não assinar a **LISTA DE PRESENÇA** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

**Obs.** O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO PODERÁ LEVAR O CADERNO DE QUESTÕES**, a qualquer momento.

09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - Quando terminar, entregue ao fiscal o **CADERNO DE QUESTÕES** e o **CARTÃO-RESPOSTA** e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.

11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS E 30 (TRINTA) MINUTOS**, já incluído o tempo para marcação do seu **CARTÃO-RESPOSTA**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE QUESTÕES**.

12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados, no primeiro dia útil após a realização das mesmas, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## BLOCO 1

Considere as informações a seguir para responder às questões de nºs 21 a 23.

Quando do encerramento de um determinado exercício social, a companhia apresentou as seguintes informações, retiradas de sua escrituração mercantil:

Ações em Tesouraria	15.000,00	Máquinas e equipamentos	50.000,00
Amortização Acumulada	10.000,00	Marcas e Patentes	30.000,00
Caixa e Bancos	270.000,00	Móveis e utensílios	10.000,00
Capital social	1.000.000,00	Provisão Créditos Liquidação Duvidosa	20.000,00
Depreciação Acumulada	40.000,00	Provisão p/Risco Trabalhista (Contingência)	10.000,00
Dividendos a Pagar	20.000,00	Provisão para Imposto de Renda	30.000,00
Duplicatas a Pagar	500.000,00	Reserva Legal	80.000,00
Duplicatas a Receber	700.000,00	Retenção de Lucros	35.000,00
Empréstimos a Diretores	80.000,00	Salários a Pagar	20.000,00
Empréstimo Bancário (15 meses)	460.000,00	Veículos	20.000,00
Estoques	1.050.000,00	Total	4.450.000,00

## 21

Elaborado o Balanço Patrimonial, de acordo com a legislação societária e com normas contábeis em vigor e considerando-se, exclusivamente, as informações recebidas da companhia, o total do Ativo Não Circulante nele evidenciado, em reais, é

- (A) 60.000,00
- (B) 75.000,00
- (C) 120.000,00
- (D) 140.000,00
- (E) 155.000,00

## 22

Elaborado o Balanço Patrimonial, nos termos da legislação societária, normas contábeis vigentes e, exclusivamente, nas informações recebidas da companhia, o total do Patrimônio Líquido nele evidenciado, em reais, é

- (A) 985.000,00
- (B) 1.000.000,00
- (C) 1.065.000,00
- (D) 1.080.000,00
- (E) 1.100.000,00

## 23

Elaborado o Balanço Patrimonial, de acordo com os termos da legislação societária, das normas contábeis em vigor e, exclusivamente, com as informações recebidas da companhia, o total do Passivo Circulante nele apurado, em reais, é

- (A) 580.000,00
- (B) 600.000,00
- (C) 1.030.000,00
- (D) 1.040.000,00
- (E) 1.060.000,00

## 24

Para os estudiosos de contabilidade, é muito comum encontrar nas obras contábeis ou ouvir nas aulas de contabilidade as seguintes expressões “para todo débito há pelo menos um crédito e vice-versa”, “não há débito sem crédito”, “a todo débito corresponde, pelo menos, um crédito de igual valor”

As expressões acima apresentadas indicam que as empresas adotam na sua escrituração o método do(a)

- (A) Balancete
- (B) Unigrafia
- (C) Digrafia
- (D) Razonete
- (E) Lançamento

## 25

No decorrer de uma auditoria externa da companhia, foram feitas as seguintes anotações nos documentos do auditor (papéis de trabalho)

Custo das Mercadorias Vendidas (CMV)	40.000,00
Desconto por recebimento antecipado de duplicatas	5.000,00
Despesas Administrativas e Despesas com Vendas	20.000,00
Dividendos recebidos de Coligadas avaliadas ao MEP	15.000,00
Vendas líquidas	100.000,00
A companhia não tem operações descontinuadas	

Considerando-se exclusivamente as anotações feitas nos documentos do auditor e as determinações das normas e legislação societária vigentes, o lucro antes do imposto de renda (IR) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) dessa companhia, em reais, é

- (A) 30.000,00
- (B) 35.000,00
- (C) 45.000,00
- (D) 50.000,00
- (E) 60.000,00

## 26

Uma companhia de capital fechado de médio porte, com ciclo operacional de 90 dias, atuando no mercado de compra e venda de automóveis, realizou nos últimos dias de dezembro de 2012, as seguintes operações.

1. Venda a prazo de um veículo usado, para uma coligada, por R\$ 35.000,00, para receber em 4 parcelas iguais e sucessivas, vencendo a primeira em 21 de janeiro de 2013.
2. Venda a prazo de um veículo usado, registrado no imobilizado, para um empregado, por R\$ 15.000,00, para receber em 15 parcelas iguais e sucessivas, vencendo a primeira em 21 de janeiro de 2013.
3. Venda a prazo de um veículo usado, registrado no imobilizado, para um acionista, por R\$ 150.000,00, para receber em 15 parcelas iguais e sucessivas, vencendo a primeira em 21 de janeiro de 2013.

Considerando-se, exclusivamente, as informações acima e as determinações da Lei das Sociedades por Ações, no Balanço de 31 de dezembro de 2012, a companhia deve classificar os direitos a receber, em reais, como segue:

	ATIVO CIRCULANTE	ATIVO NÃO CIRCULANTE Ativo Realizável Longo Prazo
(A)	12.000,00	188.000,00
(B)	47.000,00	153.000,00
(C)	132.000,00	68.000,00
(D)	167.000,00	33.000,00
(E)	170.000,00	30.000,00

## 27

Uma companhia comercial de grande porte, com ciclo operacional de 3 meses, antes de encerrar o exercício social em 31 de dezembro de 2012, realizou as seguintes operações.

1. Comprou a prazo de uma controlada, por R\$ 105.000,00, uma máquina operacional, registrada no imobilizado da controlada, para pagar em 14 parcelas iguais e sucessivas, vencendo a primeira em 28 de janeiro de 2013.
2. Contraiu um empréstimo de R\$ 96.000,00, com um acionista, para pagar em 12 parcelas iguais e sucessivas, vencendo a primeira em 28 de janeiro de 2013.
3. Comprou de uma coligada mercadorias a prazo no valor de R\$ 200.000,00, para pagar em 20 parcelas iguais e sucessivas, vencendo a primeira em 28 de janeiro de 2013.

Considerando-se, exclusivamente, as informações acima e as determinações da Lei das Sociedades por Ações, no Balanço de 31 de dezembro de 2012, a companhia deve classificar as obrigações a pagar, em reais, como segue:

	PASSIVO CIRCULANTE	PASSIVO NÃO CIRCULANTE Passivo Exigível Longo Prazo
(A)	96.000,00	305.000,00
(B)	120.000,00	281.000,00
(C)	198.000,00	203.000,00
(D)	280.500,00	120.500,00
(E)	306.000,00	95.000,00

28

As Partes Beneficiárias são títulos emitidos pelo prazo máximo de dez anos, que dão aos seus titulares o direito de participação nos lucros da companhia, mas que não poderá ultrapassar um décimo desse mesmo lucro.

A Reserva de Capital decorrente da alienação de Partes Beneficiárias é constituída pelas companhias de capital

- (A) aberto, pelo valor nominal das Partes Beneficiárias
- (B) aberto, pelo valor apurado na venda das Partes Beneficiárias
- (C) fechado, pelo valor nominal das Partes Beneficiárias
- (D) fechado, pelo valor apurado na venda das Partes Beneficiárias
- (E) fechado, pela diferença entre o valor nominal e o valor de venda das Partes Beneficiárias

29

No encerramento do exercício social, no registro contábil da proposta da destinação do resultado apurado no exercício, apresentada pela administração, foi realizado o seguinte registro:

- D: Lucros Acumulados
- C: Reserva Especial

Considerando-se as determinações das normas contábeis e da legislação societária, o registro realizado indica o

- (A) direito dos acionistas aos dividendos quando faltam recursos financeiros para pagá-los.
- (B) registro da reversão da Reserva Especial, constituída em exercício ou exercícios anteriores.
- (C) reconhecimento como dividendo suplementar do resultado não destinado na proposta da administração.
- (D) valor do lucro retido com destinação para investimento especial, por orçamento de capital aprovado.
- (E) valor da reserva constituída para atender ao valor do lucro do exercício não realizado financeiramente.

30

Na auditoria das demonstrações contábeis de uma companhia, o Auditor Independente, ao realizar os procedimentos analíticos, comprovou que a mesma não teve despesas apropriáveis no exercício seguinte, evidenciadas nos balanços analisados, quando apurou os seguintes indicadores de liquidez:

Índices de Liquidez	2010	2011	2012
Corrente (LC ou ILC)	1,295	1,354	1,458
Seca (LS ou ILS)	1,196	1,284	1,422

A análise conjunta e exclusiva dos índices de liquidez acima indica que os estoques da companhia estão

- (A) muito baixos.
- (B) aumentando em relação ao ativo circulante.
- (C) aumentando em relação ao passivo circulante.
- (D) reduzindo em relação ao ativo circulante.
- (E) reduzindo em relação ao passivo circulante.

31

A legislação societária em vigor estabelece que demonstrações financeiras (contábeis) deverão ser elaboradas pelas sociedades por ações.

Nesse contexto, uma companhia de grande porte, de capital fechado, evidencia o montante do dividendo por ação do capital social, no(a)

- (A) balanço patrimonial
- (B) demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados
- (C) demonstração do resultado do exercício
- (D) demonstração dos fluxos de caixa
- (E) demonstração do valor adicionado

32

A Lei nº 6.404/1976 estabelece, no art. 176, que as demonstrações financeiras devem ser elaboradas pelas sociedades por ações (companhias) ao final de cada exercício social.

Uma companhia fechada, com patrimônio líquido inferior a dois milhões de reais, está obrigada, de acordo com as determinações da aludida Lei, a elaborar

- (A) uma demonstração, apenas
- (B) duas demonstrações, apenas
- (C) três demonstrações, apenas
- (D) quatro demonstrações, apenas
- (E) cinco demonstrações, apenas

33

De acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, os auditores devem colher documentos comprobatórios suficientes, a fim de suportar seu parecer final. Os papéis de trabalho podem ser elaborados pelo auditor ou podem ser entregues pela empresa auditada.

Um exemplo de papel de trabalho permanente fornecido pelas empresas auditadas é o(a)

- (A) contrato social
- (B) cálculo da depreciação
- (C) programa de auditoria
- (D) revisão analítica
- (E) carta de circularização

34

Em um sistema de controles internos completo, são adotados pelo menos três tipos de controle: contábil, administrativo e operacional.

Um exemplo de controle interno administrativo é a

- (A) análise comparativa da lucratividade por linha de produto
- (B) segregação de funções dentro do mesmo processo
- (C) conferência de dados financeiros
- (D) política de limites e alçadas
- (E) autorização por senhas

35

Atualmente, a atividade de auditoria é algo indispensável dentro de qualquer tipo de organização, seja por exigência legal ou por necessidade de a administração tornar mais transparentes seus negócios.

A atividade de auditoria consiste em um conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo

- (A) dirigir de forma clara e transparente todos os processos organizacionais, reduzindo ao máximo o conflito de interesse entre as áreas.
- (B) acompanhar o desenvolvimento financeiro da instituição, envolvendo o planejamento estratégico e práticas de governança.
- (C) monitorar o resultado das ações de controle, com a finalidade de avaliar sua relevância, eficácia e custo-benefício.
- (D) realizar o levantamento dos principais processos da empresa, classificando-os como críticos ou chaves em relação ao tipo de atividade da organização.
- (E) examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações operacionais, físicas, contábeis, financeiras e da entidade.

36

A auditoria interna surgiu como uma ramificação da auditoria externa, pela necessidade de as organizações darem mais ênfase às normas e aos procedimentos internos.

Uma das principais diferenças entre as auditorias externas e internas é que, na auditoria externa, o foco é a avaliação da parte

- (A) normativa interna da empresa, em relação ao seu fiel cumprimento.
- (B) operacional da empresa, visando à prevenção de fraudes.
- (C) contábil, para emissão de um parecer sobre as demonstrações financeiras da empresa.
- (D) organizacional da empresa, quanto à sua estrutura, planejamento e direção.
- (E) estratégica da empresa, principalmente em relação ao cumprimento de metas.

37

A revisão analítica é uma das ferramentas utilizadas para auxiliar o auditor na determinação do volume de testes e tipo de procedimento de auditoria a ser executado.

Um exemplo de revisão analítica muito utilizado pelos auditores é a análise da

- (A) carta de circularização bancária
- (B) variação dos saldos patrimoniais entre dois períodos contábeis
- (C) conta de estoques do primeiro exercício contábil da empresa
- (D) composição do quadro societário da companhia auditada
- (E) conta bancária da empresa em relação ao seu patrimônio líquido

38

Durante a execução do processo de auditoria em uma organização, os auditores utilizam algumas técnicas e ferramentas para atingirem o resultado esperado.

Para uma auditoria no processo de inventário do estoque de uma fábrica de sapatos, a técnica adequada a esse fim é a(o)

- (A) confirmação com terceiros
- (B) reconciliação bancária
- (C) contagem física
- (D) segregação de funções
- (E) recálculo do INSS a recolher

39

Para obter sucesso com o processo de auditoria, o auditor precisa realizar com muita atenção a etapa do planejamento da auditoria. Um planejamento eficaz consiste na definição de alguns pontos fundamentais.

O seguinte ponto **NÃO** está relacionado ao planejamento de auditoria:

- (A) Escopo do trabalho
- (B) Emissão de parecer
- (C) Equipe de Auditoria
- (D) Objetivo da auditoria
- (E) Prazo da auditoria

40

Uma organização com um sistema de controles internos eficaz reduz significativamente o risco de erros ou fraudes em suas operações.

O controle interno representa, em uma organização, o

- (A) sistema de procedimentos adotados para uma efetiva comunicação interna, com o objetivo de redução do risco de imagem da empresa.
- (B) sistema de conferência de todas as operações da empresa, com os objetivos de aumentar a margem de lucro, reduzindo as perdas operacionais.
- (C) sistema de processamento de dados operacionais relacionados aos processos auditados internamente, gerando mais conforto para o auditor na conclusão do trabalho.
- (D) conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução dos negócios.
- (E) conjunto de técnicas adotadas para facilitar o trabalho de auditoria, tais como produção de dados estatísticos relacionados a auditorias anteriores.

## BLOCO 2

41

Ao finalizar os trabalhos em uma empresa, um auditor concluiu pela incapacidade de formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras como um todo, em virtude de discordar tão substancialmente delas, que a situação apresentada fica comprometida.

Diante dessa situação, em seu relatório, o auditor deve apresentar um parecer

- (A) pleno
- (B) adverso
- (C) sem ressalvas
- (D) com ressalvas
- (E) com negativa de opinião

42

Na composição do relatório de auditoria, a NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis cita os elementos necessários em um relatório de auditoria.

De acordo com a NBC TA 700, são considerados elementos mínimos integrantes dos relatórios de auditoria, **EXCETO**:

- (A) título do relatório do auditor independente
- (B) procedimentos adotados na auditoria independente
- (C) destinatário do relatório do auditor independente
- (D) assinatura do auditor independente
- (E) endereço do auditor independente

43

Na composição do relatório de auditoria, a NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis orienta que o relatório do auditor independente deve informar ao seu usuário a data

- (A) de encerramento das demonstrações contábeis.
- (B) em que as demonstrações contábeis foram concluídas.
- (C) em que as demonstrações contábeis foram aprovadas pelos acionistas.
- (D) em que o relatório de auditoria foi aprovado pela administração da entidade.
- (E) até quando os efeitos de eventos e transações conhecidos pelo auditor foram considerados no relatório.

44

De acordo com o documento Diretrizes para as Normas de Controle Interno do Setor Público elaborado pela INTOSAI, constitui objetivo do Controle Interno:

- (A) cumprir as obrigações de *accountability*.
- (B) aperfeiçoar os mecanismos administrativos.
- (C) eliminar falhas de planejamento e erros de avaliação.
- (D) salvaguardar os objetivos institucionais previamente definidos.
- (E) superar as limitações decorrentes de contingenciamento de recursos.

45

De acordo com a NBC TA 706 – Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente, quando o auditor incluir um parágrafo de ênfase no relatório, ele deve adotar o procedimento a seguir:

- (A) indicar os procedimentos adotados que permitiram concluir a necessidade de ênfase.
- (B) incluir a ênfase imediatamente antes do parágrafo de opinião no relatório do auditor.
- (C) indicar que a opinião do auditor não se modifica no que diz respeito ao assunto enfatizado.
- (D) incluir menção à ausência de evidência de auditoria suficiente que gerou a necessidade da ênfase.
- (E) incluir no parágrafo um quadro explicativo com os impactos decorrentes do fato que gerou a ênfase.

46

A NBC TA 706 – Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente, dispõe que a(o)

- (A) existência de incerteza relativa ao desfecho futuro de litígio excepcional ou ação regulatória é considerada uma circunstância que enseja a inclusão de um parágrafo de ênfase.
- (B) aplicação antecipada de nova norma contábil com efeito disseminado de forma generalizada nas demonstrações contábeis não é circunstância que justifique parágrafo de ênfase.
- (C) inclusão de parágrafo de ênfase no relatório pode restringir a opinião do auditor.
- (D) auditor poderá incluir parágrafos de ênfase relativos a assuntos apresentados ou divulgados de forma incipiente nas demonstrações contábeis, caso julgue apropriado.
- (E) uso comum de parágrafos de ênfase contribui para a eficácia da comunicação de tais assuntos pelo auditor.

47

O controle na Administração Pública é exercido de forma integrada entre os Poderes, ou seja, há mecanismos em cada Poder que, de alguma forma, exercem controle sobre a atuação dos outros.

Nesse contexto, o Poder

- (A) Legislativo controla o Poder Judiciário por meio da nomeação dos ministros do STF e dos demais tribunais superiores.
- (B) Legislativo controla o Poder Executivo pela fiscalização da constitucionalidade das leis e atos administrativos.
- (C) Executivo controla o Poder Judiciário por meio de mecanismos orçamentários, que limitam os recursos disponíveis para cada Poder.
- (D) Executivo controla o Poder Legislativo pela participação na escolha dos ministros do Tribunal de Contas da União.
- (E) Judiciário controla o Poder Executivo por meio do julgamento dos seus atos na aplicação dos recursos públicos.

48

A Lei nº 10.180/2001 reformulou o sistema de Controle Interno em nível Federal, com destaque para a atuação das auditorias internas nos processos de prestação de contas anuais de suas respectivas entidades. Pontos-chaves dessa integração são: conformidade da composição do processo de prestação de contas com as exigências do órgão de controle externo, avaliação de indicadores de desempenho e cumprimento das metas previstas para o exercício.

Em relação às características dos indicadores de desempenho, tem-se que a

- (A) praticidade mostra que o indicador deve ser de fácil compreensão e obtenção.
- (B) representatividade sinaliza que o indicador deve refletir a ação a ser monitorada.
- (C) validade assegura que o indicador funcione e gere informações que permitam a tomada de decisões.
- (D) estabilidade diz que o indicador deve medir os resultados atribuíveis às ações que se deseja monitorar.
- (E) homogeneidade refere-se à necessidade de considerar apenas variáveis homogêneas na construção dos indicadores.

49

Um sistema de Controle Interno deve obedecer a alguns princípios básicos.

O princípio que está adequadamente definido é o seguinte:

- (A) o ciclo de uma transação preconiza que uma só pessoa não deve realizar todas as fases de uma transação, quer seja funcionário ou administrador.
- (B) o custo de oportunidade diz que o custo do controle não deve exceder os benefícios por ele gerados.
- (C) o ciclo de controle indica que deverá haver sistemas que assegurem a observância às diretrizes.
- (D) a oposição de interesse preconiza que para contratação de funcionários para cargos de controle, torna-se necessário que seu passado seja investigado e as referências, conferidas.
- (E) a segregação de funções afirma que, em uma estrutura de controles internos, deve haver clara delimitação de responsabilidades, para evitar o comprometimento de sua eficiência;

50

Considerando as espécies de Controle na Administração Pública, o procedimento que inclui controles como verificação física, controle de contratos, convênios, ações desenvolvidas, retenções e recolhimento de tributos é denominado controle

- (A) administrativo
- (B) contábil
- (C) horizontal
- (D) operacional
- (E) vertical

51

O planejamento orçamentário de uma empresa de comércio varejista definiu que as vendas de uma determinada linha de produto aumentariam em 20% no ano. A empresa adota práticas de controle interno em suas atividades.

Dos procedimentos adotados pela empresa para alcançar essa meta geral, consiste em considerar como boa prática de controle interno, o seguinte procedimento:

- (A) Supressão, pela administração, de reuniões de monitoramento para avaliar o progresso do trabalho, em função da reconhecida competência do gerente geral de vendas.
- (B) Liberação de acesso às informações de suporte relativas às vendas de cada loja, por meio de senha do gerente geral de vendas.
- (C) Elaboração de um relatório do gerente de vendas sobre o desempenho no final do ano para apresentar o cumprimento da meta.
- (D) Apresentação, em uma videoconferência com os gerentes das lojas, das metas mensais de acompanhamento das vendas.
- (E) Não estabelecimento de metas específicas, devido à clareza da meta de aumento das vendas.

52

A Instrução Normativa nº 63, de 01/09/2010, do Tribunal de Contas da União, estabelece normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da administração pública federal, para julgamento do Tribunal de Contas da União.

Essa Instrução Normativa determina que

- (A) tomada de contas é processo de contas relativo à avaliação da gestão dos responsáveis por unidades jurisdicionadas da administração federal direta.
- (B) prestação de contas é processo de contas relativo à avaliação da gestão dos responsáveis por unidades jurisdicionadas da administração federal indireta.
- (C) processo de contas ordinárias é o processo de contas referente a exercício financeiro determinado, constituído pelo TCU segundo critérios de risco, materialidade e relevância.
- (D) os relatórios de gestão e os processos de contas constituídos pelo TCU serão organizados de acordo com a seguinte classificação: individual, consolidado e simplificado.
- (E) os serviços sociais autônomos estão sujeitos à apresentação de relatório de gestão, mas dispensados da constituição de processo de contas por não fazerem parte da administração indireta.

53

O Tribunal de Contas da União (TCU) tem suas competências previstas nos artigos 33, § 2º, 71 a 74 e 161, parágrafo único da Constituição Federal de 1988. Acrescenta-se ainda que, em razão do exercício das competências constitucionais, outras incumbências foram-lhe atribuídas por lei.

Das atribuições apresentadas a seguir, aquela que constitui competência do TCU é:

- (A) análise e julgamento das contas do governo, apresentados pelo chefe do Poder Executivo.
- (B) controle dos limites de endividamento e fiscalização das aprovações de operações de crédito.
- (C) aprovação de legislação corretiva e exercício direto de fiscalização.
- (D) convocação de ministros e autoridades para prestarem depoimentos.
- (E) apuração de denúncias apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato sobre irregularidades ou ilegalidades.

54

O Tribunal de Contas da União (TCU) possui funções sancionadoras, que se configuram na aplicação de forma isolada ou cumulativa, aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas de diversas sanções.

A sanção a seguir é passível de aplicação pelo TCU:

- (A) decretação de indisponibilidade, por prazo máximo de dois anos, dos bens do responsável para garantir o ressarcimento de prejuízo.
- (B) determinação de adoção de providências para arresto dos bens de responsáveis julgados em débito.
- (C) afastamento permanente do dirigente responsável por cerceamentos a inspeções e auditorias enquanto durarem os respectivos trabalhos.
- (D) declaração de inidoneidade do responsável por fraude em licitação para participar, por até dez anos, de certames licitatórios na administração pública.
- (E) declaração de inabilitação, pelo prazo máximo de dez anos, para o exercício de cargo em comissão ou de função de confiança no âmbito da administração pública.

55

Na avaliação de riscos no contexto do controle interno, as diretrizes definidas pela INTOSAI dispõem que

- (A) a identificação do risco deve ser abrangente, considerando fatores internos e externos, em um processo contínuo, repetitivo e muitas vezes integrado ao processo de planejamento.
- (B) a avaliação de risco é limitada pela dificuldade e subjetividade de mensuração.
- (C) a determinação da tolerância ao risco, de forma objetiva, considera apenas os riscos inerentes.
- (D) a avaliação de riscos é recomendada quando a entidade passar por processos de reestruturação, em decorrência do alto custo e da subjetividade.
- (E) os riscos residuais não podem ser adequadamente considerados na avaliação de riscos, por não estarem sob controle da entidade.

## BLOCO 3

56

Pedro é aposentado pelo regime geral da Previdência Social e recebe, anualmente, um percentual de aumento da sua remuneração, mediante lei aprovada pelo Congresso Nacional. Na trilha das políticas encampadas pelo Fundo Monetário Nacional, surge projeto para diminuir o valor das aposentadorias e pensões pagas pelo Governo.

No nosso sistema previdenciário, tal proposta colide com o princípio da

- (A) uniformidade
- (B) seletividade
- (C) universalidade
- (D) irredutibilidade
- (E) diversidade

57

Um deputado federal pretende incluir, na lei orçamentária, norma que permite o aproveitamento de servidores públicos não estáveis, aduzindo ser matéria de direito administrativo própria de ser apresentada no orçamento.

Tal proposta fere o princípio da

- (A) exclusividade
- (B) programação
- (C) anualidade
- (D) unidade
- (E) transparência

58

Um deputado apresenta projeto de emenda à lei orçamentária, determinando a vinculação da contribuição sobre o Lucro Líquido ao Fundo de Participação dos municípios.

Nos termos das normas constitucionais orçamentárias, a emenda deve ser

- (A) aprovada por ser de interesse público.
- (B) aprovada dada a sua natureza orçamentária.
- (C) aprovada com restrições por aumentar despesa.
- (D) reprovada por ter natureza tributária.
- (E) reprovada por estabelecer vínculo com o Fundo.

59

A empresa X Ltda., em razão da extrema complexidade da legislação tributária, não recolhe determinados tributos no tempo próprio. Após auditoria independente realizada na empresa, constata-se que alguns tributos não poderiam ser cobrados, por incidentes fatos extintivos do crédito tributário.

Nos termos da legislação em vigor, é considerada fato extintivo a

- (A) moratória
- (B) impugnação
- (C) reclamação
- (D) antecipação
- (E) prescrição

**60**

Um servidor público do Estado WWW tem descontado imposto de renda incidente sobre rendimentos da pessoa física todos os meses do ano.

Necessitando informações sobre o referido tributo, o servidor é informado de que esse imposto

- (A) compõe receita da União Federal.
- (B) integra a receita corrente do Estado.
- (C) constitui parcela de repasse à receita do município.
- (D) estabelece receita especial da União Federal.
- (E) conflui para a receita do Distrito Federal.

**61**

Um cidadão, preocupado com as questões orçamentárias, procura entender o mecanismo de transferência de valores entre entidades públicas.

Ele constata que, em termos orçamentários, as cotas de receita que uma entidade pública deve transferir a outra devem ser incluídas no orçamento da entidade obrigada a transferência como

- (A) receita
- (B) crédito
- (C) despesa
- (D) suplemento
- (E) complemento

**62**

Uma das previsões possíveis a constar na lei orçamentária diante da insuficiência de caixa consiste em

- (A) realizar operações de crédito por antecipação das receitas.
- (B) realizar receitas mediante acordos administrativos.
- (C) suspender as cotas de participação dos entes públicos.
- (D) majorar tributos observado o prazo nonagesimal.
- (E) instituir tributos com cobrança imediata.

**63**

O anexo que integra a lei de diretrizes orçamentárias, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, conterà a avaliação da situação financeira e atuarial do

- (A) regime geral de previdência social
- (B) sistema de empréstimo compulsório
- (C) fundo complementar de empresa pública
- (D) modelo de recolhimento do imposto de importação
- (E) serviço da dívida externa

**64**

É possível acontecer de o Congresso Nacional atrasar a votação do orçamento da União, mas, enfim, realizar a sua votação.

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a programação financeira e o cronograma de desembolso ocorrerão em até

- (A) dez dias
- (B) vinte dias
- (C) trinta dias
- (D) quarenta dias
- (E) cinquenta dias

**65**

A lei orçamentária anual tem limitações na sua elaboração estabelecidas por

- (A) decreto do Poder Executivo
- (B) resolução da Câmara dos Deputados
- (C) decreto legislativo do Senado
- (D) lei de diretrizes orçamentárias
- (E) regulamento administrativo

**66**

Um prefeito do município XX pretende propor projeto de lei para renunciar a determinada receita tributária, para alavancar a economia local.

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, ele deverá apresentar estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício

- (A) seguinte da vigência da renúncia e nos três subsequentes
- (B) seguinte da vigência da renúncia e nos quatro subsequentes
- (C) seguinte da vigência da renúncia e nos cinco subsequentes
- (D) em que deva ocorrer a vigência da renúncia e nos três subsequentes
- (E) em que deva ocorrer a vigência da renúncia e nos dois subsequentes

**67**

A empresa Y Ltda. é submetida a ação fiscal, tendo sido intimada através de mandado emitido pela autoridade competente.

Nos termos da legislação tributária, o início da ação fiscal impede a

- (A) cobrança de correção monetária
- (B) declaração espontânea de débito
- (C) incidência de juros moratórios
- (D) existência de impugnação
- (E) constituição de prescrição

**68**

Um auditor independente presta serviços para diversos clientes, pessoas físicas e jurídicas. Um dos seus clientes é comunicado do início de procedimento administrativo para apurar o lançamento de créditos na sua contabilidade. Em decorrência do referido procedimento, houve autuação realizada pelo agente fazendário. Examinando os documentos que lhe foram remetidos, entende que a autuação não deve prosperar, pois houve pagamento dos tributos indicados no auto de infração, consoante comprovantes que lhe foram remetidos.

Diante de tal hipótese, esse auditor formula parecer técnico indicando o meio judicial adequado, que tem de ser a ação de

- (A) repetição de indébito
- (B) restituição de tributos
- (C) mandado de segurança
- (D) *habeas corpus*
- (E) mandado de injunção

**69**

Um auditor foi contratado para realizar serviços da sua especialidade em uma Igreja. Ao ser apresentado à documentação existente, verificou que existia autuação da Receita municipal sobre o não pagamento de tributos sobre a residência do religioso responsável pela administração do local, anexa à Igreja.

Concitado a dar seu parecer, aludiu, sobre o provável resultado do processo administrativo instaurado, a que haveria incidência de

- (A) isenção
- (B) prescrição
- (C) decadência
- (D) imunidade
- (E) incidência

**70**

Um cidadão brasileiro pretende importar da Alemanha um veículo para uso pessoal. Ao verificar o valor dos tributos incidentes, conclui que são esses os fatores do encarecimento do produto. Consultando um especialista na matéria tributária, tem conhecimento de que, alguns dos tributos poderiam ser retirados do preço, o que demandaria providência judicial, uma vez que a Administração Tributária não reconheceria tal direito. Alguns tributos, no entanto, seriam efetivamente devidos.

Nesse caso, consoante as normas constitucionais federais em vigor,

- (A) incidiria o imposto de circulação de mercadorias e serviços por se tratar de isenção não prevista.
- (B) incidiria o imposto de circulação de mercadorias e serviços por previsão constitucional.
- (C) incidiria o imposto de circulação de mercadorias e serviços por se tratar de tributo estadual.
- (D) não incidiria o imposto de circulação de mercadorias e serviços por não ser esse cidadão empresário.
- (E) não incidiria o imposto de circulação de mercadorias e serviços por ser esse cidadão consumidor final.